JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS ISSN 1981-1969

Volume 18 Seção Dossiê e95964 23 de Dezembro de 2024

Cooperação Educacional na África: uma análise a partir das Políticas educacionais angolanas e os potenciais contra-hegemônicos dos BRICS

Educational Cooperation in Africa: an analysis based on Angolan educational policies and the counter-hegemonic potentials of the BRICS

Cooperación educativa en África: un análisis basado en las políticas educativas angoleñas y los potenciales contrahegemónicos de los BRICS

Filipe Joaquim Kalenguessa[1]
Ivan Penteado Dourado[2]

Citação*:* KALENGUESSA, Filipe Joaquim; DOURADO, Ivan Penteado. Cooperação Educacional na África: uma análise a partir das Políticas educacionais angolanas e os potenciais contra-hegemônicos dos BRICS. *Jornal de Políticas Educacionais.* V. 18, e95964. Dezembro de 2024.

http://10.5380/jpe.v18i1.95964

Resumo: A presente pesquisa de natureza teórica de cunho bibliográfico-documental apresenta resultados de uma pesquisa maior intitulada *Educação crítica, Trabalho e subjetividade emancipatória* realizada pelo grupo de pesquisa *LUTE - Lutas Sociais, Trabalho e Educação*. Com o recorte específico da presente discussão busca-se aprofundar o atual contexto dos organismos internacionais de cooperação no campo educacional e as recentes disputas por novos acordos com os países do continente africano. Com objetivo de analisar mais especificamente o contexto angolano realiza-se a recuperação histórica das políticas educacionais angolanas no que diz respeito ao seu histórico de programas hegemônicos de cooperação educacional de caráter imperialista e neocolonial. Nesse processo identificamos o potencial estabelecido no horizonte angolano nas reais possibilidades contra-hegemônicas junto aos BRICS. Como resultados principais identificamos um contexto mais pragmático de Angola com os países integrantes dos BRICS e o potencial

[1]Mestre em Educação. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, SC . Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1612-7693. E-mail: kfilipejoaquim@gmail.com

[2]Doutor em Educação. Professor no curso de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC. Florianópolis, SC . Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4529-831X. E-mail: ivan.dourado@udesc.br

do governo brasileiro para uma retomada contra-hegemônica na oferta e ampliação de projetos de cooperação educacional retomando o passado freireano em território mangope.
Palavras-chave: BRICS; Políticas Educacionais; Contra-hegomonia; Angola.

Abstract: This theoretical research of a bibliographic and documentary nature presents results of a larger research *Entitled Critical Education, Work and Emancipatory Subjectivity* carried out by the 'Lute' in portuguese, that is the acronym of *Social Struggles, Work and Educatio*n *research group*. With the specific focus of this discussion, we seek to delve deeper into the current context of international cooperation organizations in the educational field and the recent disputes for new agreements with countries on the African continent. With the aim of analyzing more specifically the Angolan context, a historical recovery of Angolan educational policies is carried out regarding its history of hegemonic educational cooperation programs of an imperialist and neocolonial nature. In this process, we identified the potential established on the Angolan horizon in counter-hegemonic possibilities with the BRICS. As main results, we identified a more pragmatic context of Angola with the BRICS member countries and the Brazilian government's potential for a counter-hegemonic resumption in the offer and expansion of educational cooperation projects, resuming the Freirean past in Mangope territory.
Keywords: BRICS; Educational Policies; Counterhegemony; Angola.

Resumen: Esta investigación teórica de carácter bibliográfico y documental presenta resultados de una investigación más amplio titulado Educación crítica, Trabajo y subjetividad emancipadora realizada por el grupo de investigación LUTE - Luchas Sociales, Trabajo y Educación. Con el enfoque específico de esta discusión, buscamos profundizar en el contexto actual de los organismos de cooperación internacional en el ámbito educativo y las recientes disputas por nuevos acuerdos con países del continente africano. Con el objetivo de analizar más específicamente el contexto angoleño, se realiza una recuperación histórica de las políticas educativas angoleñas en relación con su historia de programas hegemónicos de cooperación educativa de corte imperialista y neocolonial. En este proceso, identificamos el potencial establecido en el horizonte angoleño en posibilidades contrahegemónicas con los BRICS. Como principales resultados, identificamos un contexto más pragmático de Angola con los países miembros del BRICS y el potencial del gobierno brasileño para una reanudación contrahegemónica en la oferta y expansión de proyectos de cooperación educativa, retomando el pasado freireano en territorio Mangope.
Palabras clave: BRICS; Políticas Educativas; Contrahegemonía; Angola.

Introdução

A mobilidade dos BRICS na África tem provocado várias reações no âmbito político, econômico e social. Questionamentos sobre o real interesse destes países da periferia do Capital, bem como da reação das superpotências mundiais, têm mobilizado inúmeros analistas, jornalistas e intelectuais a tentar compreender o que realmente acontecerá no berço da humanidade. A revista *The Economist* (2004; 2019), chama a procura pelo mercado africano de "a nova corrida à África". A nomenclatura advém da crescente importância das matérias-primas do continente (minerais, energéticos) para o mercado mundial, principalmente da exportação do petróleo para mercado chinês. Além disso, a questão demográfica mostra-se relevante também, segundo os dados[3] das Nações Unidas apontam que até 2050 o continente terá 2.5 bilhões de habitantes – o que pode ser lido

[3] Ver em: https://population.un.org/wpp/ Acesso em: 02 out. 2022

como uma massa elevada de força de trabalho. Por outro lado, desde o ano 2000, apontam que o crescimento "econômico do continente tem sido superior a 5%, um crescimento que representa 4,5% do PIB mundial em paridade de poder de compra [...]" (SARR, 2019, p. 49).

Portanto, o mercado africano se tornou bastante atrativo, os economistas e os organismos multilaterais apontam para um futuro promissor. Um dos fatores de entusiasmo é a entrada de novos *players* nessa dimensão, em especial, os BRICS. Conforme coloca Molavi (2023), existe uma certa ironia no surgimento dos BRICS, pois ela se dá justamente através "de um *White paper do Goldman Sachs*"[4]. Ou seja, o centro do capital ofereceu ao "Sul global"[5] o acrónimo BRICS e este tem sido visto/usado como um contraponto (horizontalmente) ao "Norte global"[6].

Em 2001 no seu artigo "*Building Better Global Economic BRIC",* Jim O'Neill, discutiu o estado da economia mundial, analisando em particular a relação entre o G7 e algumas das maiores economias de mercados emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China) e os denominou de BRIC. Na visão do autor, o fato de essas economias serem maiores se comparadas com alguns países do centro do capital levanta questões fundamentais sobre como têm sido direcionadas as políticas monetárias, fiscais e outras políticas econômicas no âmbito global. E que, portanto, para um ajustamento econômico global, é necessária uma cooperação e política internacional assentes em uma base verdadeiramente global. Por seu turno, se isso acontecer, "[...] a representação [...] de política econômica mundial poderá ter de ser significativamente alterada" (O'NEIL, 2001, p. 5). A alteração se daria por meio do reconhecimento de que a pluralidade das economias e políticas seria interessante para uma efetividade econômica global (2001).

A leitura certeira do autor, em relação à proeminência dos países dos BRICS no movimento global, levou os quatro países a se reunirem em 2006, à margem da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2008 ocorreu a primeira reunião formal de chanceleres em Ecaterimburgo (Rússia) e no ano seguinte teve lugar,

[4] O Goldman Sachs Group, Inc. é uma instituição financeira (fundada em 1869) que oferece uma ampla gama de serviços financeiros a uma base de cliente grandes e diversificada. Ver em: https://www.goldmansachs.com/. Acesso em: 04, mai. 2024.

[5] De acordo com Maihold et al (2021), o Sul Global tem sido utilizado para discutir não apenas as desigualdades sistêmicas decorrentes do 'encontro colonial' e as contínuas reverberações do (principalmente) colonialismo e imperialismo europeus, mas também o potencial de fontes alternativas de poder e conhecimento (MAIHOLD, et al, 2021, p. 1928).

[6] O termo Norte Global está sendo usado simbolicamente para se referir a formas de poder hegemônico global (principalmente pelos organismos multilaterais tradicionais).

na mesma cidade, a primeira Reunião de Cúpula, quando foi criado formalmente o BRIC" (BAUMANN; ARAÚJO; FERREIRA, 2010). Por sua vez, em dezembro de 2010, a África do Sul começou a participar formalmente do grupo, que passou a se chamar oficialmente de BRICS. Quatro anos depois foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS, presidido desde 2023 pela ex-presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff.

O NBD tem como objetivo financiar infraestrutura e desenvolvimento sustentável dos membros dos BRICS (BATISTA JR. 2016). De modo geral, pode-se analisar os BRICS a partir de três caraterísticas: o crescimento econômico dos países membros, influência que exercem em suas regiões e suas constantes transformações no desenvolvimento socioeconômico. Além destas caraterísticas podemos acrescentar o aspecto demográfico exercido pelos quatro membros (Brasil, Rússia, China e Índia), em relação a totalidade da população mundial. Tais características colocam os BRICS numa posição de destaque no cenário mundial. Segundo Lechini (2012), os Brics se consolidaram como um grupo sólido (na cooperação econômico-financeiro), com o lema "Visão ampla e prosperidade compartilhada", que passou atrair muitos países africanos na busca pela cooperação com os países dos BRICS. No entanto, tal mobilidade encontra neste cenário os antigos *players*, que utilizam de ferramentas que condicionam o crescimento e o desenvolvimento dos países africanos.

Com base nesse contexto, a presente discussão objetiva recuperar o passado recente de cooperação internacional de Angola, identificando elementos que nos permitem sustentar as características neocoloniais (N´KRUMAH, 1986) presentes na relação com os organismos multilaterais hegemônicos (BID, FMI, etc.) e discutir as possibilidades futuras do estabelecimento de um horizonte de cooperação com o fortalecimento dos BRICS na geopolítica mundial. Mais especificamente, a aproximação de Angola em um novo patamar de cooperação contra-hegemônica nas políticas educacionais junto aos BRICS.

Segundo afirmam Kiala e Ngwenya (2011), seria possível falar em uma nova era para o contexto angolano. Com a relativa restauração da paz no interior do país, reduzindo a tensão interna, permitiu aos seus governantes focar em outras prioridades, entre elas o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Nas duas últimas décadas, é perceptível uma redefinição na agenda da política externa angolana, mais

especificamente com a sua aproximação junto aos países que integram os BRICS, especialmente Brasil, Índia e China.

Na pesquisa de Kiala e Ngwenya (2011), Angola desponta com uma política externa pragmática de cooperação política com os países, e o que configura uma maior novidade, é a sua aproximação com a Índia e a China, já que suas relações com o Brasil e a Rússia são mais antigas e consolidadas. Porém, essa atuação não está alheia aos processos de dominação política e econômica inscritos na sua história colonial.

Nesse sentido, compreender as mudanças que vêm ocorrendo no sistema educacional angolano possibilita entender as dinâmicas e atualizações que o governo tem adotado para integrar as políticas educacionais na mobilidade global, principalmente na relação com o Norte Global. Ao observarmos a história dos regimes de cooperação internacional dos países africanos, especialmente de Angola com os organismos internacionais e seus mecanismos de relação, um tipo de neocolonialismo fortemente marcado por formas de controle e dominação emerge como característica hegemônica.

Porém, essa condição histórica mostra sinais de mudança e de novas possibilidades, frente às recentes redefinições da política externa angolana e de aproximação com os "BRICS"[7]. Ou seja, problematizando esse novo contexto, buscamos responder à seguinte problemática: *é possível colocar no horizonte da educação angolana novos patamares de cooperação contra-hegemônica em sua relação com os BRICS?* Passamos agora a compreender o contexto educacional angolano e os impactos que os acordos de cooperação internacional realizaram nesse campo específico de sua história recente.

As quatro fases do sistema educacional angolano

Segundo o Ministério da Educação de Angola (ANGOLA, 2016), o sistema de educação em Angola, no período da independência, pode ser caracterizado por quatro fases. A primeira fase (de 1975 a 1986) corresponde ao período em que o governo procurou promover políticas educacionais que refletiam as necessidades imediatas da população angolana, pois o SEC, constituído dentro de um sistema excludente e racista,

[7] Neste texto não discutiremos o novo formato dos BRICS, isto é, os BRICS+ (com a adesão da Etiópia, Irã, Egipto, Emirados Árabes e Arábia Saudita), nos focaremos apenas nos cinco fundadores, Brasil, China Rússia, Índia e África Sul. Destes cinco, tomaremos com especificidade o Brasil e a China.

havia deixado um alto índice de "analfabetismo"[8] que rondava em torno de 85%. Além disso, havia falta de professores, dado que, após a independência, a maioria dos professores portugueses e mestiços (filhos de portugueses) abandonou o país. Também havia a necessidade de rever o conteúdo a ser ensinado e demais elementos estruturais.

Alguns destes problemas reapareceram no segundo momento da reforma do sistema educacional angolano. Desse modo, o novo governo (MPLA) elaborou um plano de ação chamado "plano nacional de ação para educação de todos". O plano foi aprovado em 1977 e visava sanar, do ponto vista quantitativo e da gratuidade, o problema do acesso à educação fundamental "[...] sobretudo aos primeiros 4 anos de Ensino, que compreendia da 1ª à 4ª classe, *e isso de forma gratuita*". (NGULUVE, 2006, p.82, grifo nosso). Essa primeira metade do segundo período será retomada na terceira seção do presente texto, já que nesse período temos algumas características contra-hegemônicas anteriores aos BRICS, inspirados na formação do senso crítico (no que tange a alfabetização), concebida pelo filósofo e pedagogo brasileiro Paulo Freire.

Na segunda fase (1986-2001), já no âmbito do fim da Guerra Fria e no acirramento da guerra civil, os pressupostos delimitadores da primeira reforma foram atualizados com vistas a atender à nova realidade socioeconômica do país. Isto é, nos finais de 1988, o governo realizou um diagnóstico no ensino de base que apontou uma série de aspectos negativos (ANGOLA, 2004b). A isso, se soma a mudança política efetuada pelo governo, saindo do sistema monopartidário para o pluripartidarismo, bem como a mudança no sistema econômico do modelo de orientação socialista para o modelo de livre mercado.

Outro aspecto da reforma passa mais efetivamente pela elaboração de alguns organismos multilaterais que, no processo de Cooperação Internacional de Desenvolvimento (CID), imprimiram, nos pressupostos da reforma do novo sistema educacional, uma série de recomendações. Desses organismos destacam-se a UNICEF, a UNESCO e o Banco Mundial (BM). Em relação específica ao BM, o primeiro projeto educacional se deu em 1992, apresentando a Angola como "potencialmente um dos países mais ricos da África em termos de dotação de recursos naturais (petróleo, ferro, manganês e diamantes)" (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 4). Entretanto, o BM também aponta que a Angola é, simultaneamente, uma das economias mais distorcidas do continente.

[8] Na terceira seção mostraremos como as contribuições de Paulo Freire, ajudaram a mitigar essa problemática na política Educacional angolana nos anos de 1976 a 1980.

Portanto, para tentar mitigar ou "ajudar" o governo angolano, a proposta do projeto do banco consistia em preparar uma estratégia para a reabilitação e revitalização do sistema educacional de Angola. Foi nesse cenário, agora no ano de 1993, que o governo realizou uma mesa-redonda para debater sobre o anteprojeto da Lei de Base do Sistema de Educação que, entre outras questões, precisaria contemplar a política de educação para todos, proposta pela UNESCO como um dos desafios do milênio.

Assim, em 2001, a Assembleia Nacional, ao abrigo da alínea b) do artigo 88º da Lei Constitucional, aprovou a LEI N.º 13/01 de 31 de dezembro, ou seja, a Lei de Base do Sistema Educacional (LBSE). Em paralelo à aprovação de LSBE/2001 nos anos a seguir à paz (abril de 2002), o governo aprovou uma série de programas e projetos com o intuito de sanar as deficiências do sistema educacional e garantir a adequação das suas políticas públicas de educação às agendas internacionais. Nisso, se dão a terceira e a quarta fase.

A terceira fase (2001-2015- Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação) e a quarta fase (de 2015 – 2030 - Plano Nacional de Desenvolvimento - Educar Angola), podem ser analisadas conjuntamente, pois ambas as fases apresentam características semelhantes, além de que projetos aprovados na terceira fase continuaram na quarta fase com novos aspectos. Dos projetos educacionais aprovados, destacam-se: o *Plano de Educação para Todos (PET)*, em parceria com a UNESCO, aprovado em 2004 para responder os desafios do milênio; a *Estratégia para a Melhoria do Sistema de Educação* de 2001 a 2015; a *Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar* de 2006 a 2015, aprovada no ano de 2005 e a *Estratégia de desenvolvimento a longo prazo para ANGOLA* (ELP, 2025), aprovada em janeiro de 2007.

Por sua vez, na quarta fase, a análise dos relatórios e avaliações sobre a efetivação e solidez do sistema educacional da 2ª reforma e as consequentes conclusões, levou a Assembleia Nacional a aprovar uma nova lei que substitui a LSBE/2001. Assim, em 7 de outubro de 2016, a Assembleia Nacional aprovou a Lei n.º 17/16, Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino.

Por conseguinte, foi liberada mais uma rodada de aprovações de projetos e programas para esta quarta fase, com especial destaque para os seguintes projetos e planos: Primeiro, Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017-2030, aprovado em 2016 (ANGOLA, 2016a, p. 1); Segundo, Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente (PNFGPD), aprovado em 2018; Terceiro, Projeto de Aprendizagem para Todos (PAT I) de 2014 a 2021 em parceria com o Banco Mundial; Quarto, Projeto de

Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem para Todos (PAT II, em parceria com o Banco Mundial), aprovado em 2021, com previsão de 5 anos de duração (ANGOLA, 2021a, p. 42); Quinto, o Plano de Desenvolvimento Nacional - PDN 2018-2022, aprovado em 2018 (ANGOLA, 2018, p. 74).

Ao se observar os projetos, chama a atenção a centralidade/hegemonia da parceria com os organismos multilaterais tradicionais no direcionamento das políticas educacionais angolana. Tal posicionamento se observa no plano nacional de desenvolvimento educacional, onde o MED (2016) aponta cinco parceiros de cooperação internacional: UNESCO, Banco Mundial, União Europeia, UNICEF e Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP). Tais organismos exercem forte influência no desenvolvimento das políticas educacionais angolana (PAXE, 2014).

Sem ser possível adentrar na discussão mais profunda da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), com a discussão de Milani (2018) é possível revelar as inúmeras estratégias de atenuar práticas neocoloniais, por meio do uso de termos como "educar, humanizar e civilizar" utilizados pelos organismos internacionais nesses projetos de cooperação educacional. Brandem seus modelos coloniais e processos de domesticação nas cartilhas adotadas pelos países dependentes de recursos e auxílios internacionais (MILANI, 2018).

> as noções de "cooperação internacional" e "desenvolvimento" são verdadeiros avatares contemporâneos de práticas relacionadas à empresa colonial e que [...], suas reencarnações têm acompanhado a própria história do sistema interestatal capitalista e do projeto pretensamente universal de modernização de sociedades consideradas atrasadas (MILANI, 2018, p. 21).

A resposta de Milani (2018) acompanha, em parte, a argumentação de Sogge (2013), de que o modelo atual da ajuda externa conserva um tipo similar de mandato duplo da época colonial. Por um lado, impera a pretensa preocupação de tutelamento civilizacional/modernização/desenvolvimento e, por outro lado, a pretensão de exploração econômica, por meio da exploração de recursos naturais e da força de trabalho.

Entretanto, com o surgimento dos Brics se abre uma janela de oportunidade que poderia ser utilizado como alternativa no que tange o modelo de cooperação oferecido pelos organismos tradicionais no âmbito educacional, haja vista que a relação entre Angola e alguns dos membros fundadores do BRICS (Brasil, China, Rússia) goza de certos

privilégios no âmbito da cooperação bilateral. A proximidade com tais países, mais recentemente com a Índia e a parceria de longa data com os governos de esquerda da África do Sul, ofereceria ao Estado angolano uma possibilidade viável para a atual conjuntura política, econômica e social.

Angola e o horizonte da contra hegemonia nos BRICS

No discurso de abertura do jantar de boas-vindas ao Fórum Acadêmico do BRICS (na quinta cimeira dos BRICS em Durban - África do Sul), a ex-ministra das relações internacionais e cooperação da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, colocou a seguinte questão: "os BRICS representam uma verdadeira mudança de paradigma ou os novos atores estão apenas assumindo posições tradicionais de equilíbrio de poder?" (NKOANA-MASHABANE, 2013). O questionamento sobre o envolvimento dos BRICS na África encontra, nessa problemática, a síntese dos embates atuais na análise da relação Sul – Sul, ou seja, da celebração da "solidariedade Sul-Sul como panaceia para o desenvolvimento africano presente nas declarações do BRICS" (PLAGEMANN, 2015).

Conforme apresentado anteriormente, observou-se que, no sistema educacional angolano, os principais parceiros de cooperação educacional são, na sua maioria, do Norte Global. Algumas críticas já foram veiculadas sobre o caráter recomendativo, ideológico e direcionativo dos principais parceiros multilaterais atuantes em Angola. Estes possuem um legado de posturas que procuram apresentar como verdade/única a visão unilateralista do ensino e aprendizagem (KALENGUESSA, 2023). Entretanto, com os avanços dos BRICS no continente africano, abre-se uma janela de oportunidade para o estabelecimento de novas parcerias no âmbito educacional.

Nessa perspectiva, podemos exemplificar duas possibilidades de adentramento que apresentam a Angola como espaço favorável à modalidade epistêmica do Sul Global. A primeira, diz respeito ao seu caráter demográfico, infraestrutura e a questão migratória, isto é, o crescimento explosivo da população jovem, a escassez de instituições de educação superior e a migração compulsória de jovens em busca de formação em outros países; e a segunda, corresponde a escassez de parcerias com instituições do ensino superior com o Sul Global (GARCIA et al, 2023); (KHOMYAKOV et al, 2020).

A configuração destas características pode ser veiculada quando se observa, por exemplo, o relatório da ICEF[9] Monitor (2019), no qual é apontado que os estudantes africanos têm sido a população estudantil que mais tem crescido no mundo nos últimos anos. Entretanto, este crescimento não é assimétrico quando comparado às regiões africanas, levando em conta a língua. Isto é, as regiões francófonas são as que mais tem crescido, seguidas das anglófonas e por último as lusófonas (DEVELOPMENT REIMAGINED, 2020).

Tal constatação, que apresenta quatro países (China, França, Reino Unido e EUA) como destino escolhido pelos estudantes, sendo a França a mais cotada, apesar do crescimento da China, indica que o paradigma do centro como delimitador do que é eficiente e válido universalmente ainda ressoa no imaginário da população africana (KALENGUESSA, 2022).

Por outro lado, estes dados apontam para uma necessidade de parceria educacional que venha a fortalecer os países do PALOP. Nesse sentido, ao nosso ver, o Brasil com toda sua experiência educacional e como um dos fundadores dos BRICS, bem como parceiro angolano desde 1975, poderia se posicionar como um ponto focal alternativo no debate da agenda educacional, oferecendo projetos de cooperação e parcerias educacionais, tal qual faz a China com diversos países africanos. O fortalecimento desta parceria ofereceria à Angola e outros países do PALOP uma alternativa nas estruturações das políticas educacionais, tendo em conta o seu contexto e, de certa forma, partilhando culturalmente aspectos comuns com o Brasil, mais do que, por exemplo, com Portugal.

Para vislumbrar o que estamos propondo como horizonte da contra-hegemônia nos BRICS, vejamos dois exemplos. Um impetrado pelo Banco Mundial na sistematização das políticas educacionais angolanas, tomando como especificidade a escolha das instituições parceiras para mediar a formação, e outro, em comparação com alguns projetos de cooperação bilateral com o Brasil e a China. Na terceira seção, mostraremos como o legado pedagógico de alfabetização de Paulo Freire serviu de base nas formulações do projeto de alfabetização do governo angolano nos anos de 1976 a 1980 e apresenta um horizonte ainda a explorar de protagonismo brasileiro na área educacional.

[9] Inteligência de mercado para recrutamento de estudante Internacionais.

Dos projetos educacionais veiculado pelo BM em parceria com Estado angolano, contabilizam-se três: o primeiro se deu em 1992, o segundo em 2013 (PAT I) e o último, ainda em vigor em 2021 (PAT II), conforme apresentado anteriormente.

A análise dos documentos demonstra que ambos os projetos compartilham do mesmo elemento delimitador, isto é, a ideia de uma educação que atenda as demandas do mercado, e é somente neste espaço da instrumentalização e da lógica do capital que repousa o sentido pleno da formação (BM, 1992, 2013; ANGOLA, 2021). De acordo com PAT I, os programas de formação continuada dos professores bem-sucedidos "são os que evitam abordagens teóricas e seguem o modelo adoptado pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)" (BM, 2013b, p.32). Neste pressuposto é possível enxergar a orientação político-econômica e o lado relacional do documento. Em outras palavras, qualquer modelo fora deste eixo não é recomendável.

Ironicamente, através deste pressuposto, seria compatível afirmar que na maioria do Sul Global não existiria programa de formação continuada bem-sucedida se estes não seguirem o modelo da OCDE. Por conseguinte, se estendermos o presente raciocínio tomando os atuais 38 membros da OCDE, pode-se concluir que nenhum país africano teria um modelo de ensino e aprendizagem elegível e viável. Portanto, qualquer produção epistemológica no âmbito pedagógico oriundo deste espaço estaria fadada ao fracasso.

Destarte, o caráter pragmático não esconde o polo preferencial/unilateral e, evidencia as estratégias e táticas da classe dominante no mundo contemporâneo (KALENGUESSA; MORAIS, 2023). Por isso, atendendo a tal direcionamento, o projeto teve a gestão da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG – União Europeia) e contou com o apoio técnico e metodológico, no que tange à formação contínua dos professores, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESS/IPS – Portugal).

Em comparação com os países dos BRICS, tomando o Brasil e a China como exemplo, observa-se que, neste campo (educacional), a atuação de ambos é ainda pouco relevante. Por exemplo, no caso brasileiro na área da educação, um dos programas de parceria é o do programa de intercâmbio (programa de estudantes-convênio de graduação – PEC-G – e de pós-graduação – PEC-PG), e o segundo é o que corresponde as bolsas dadas pela Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), bem como a implementação do ensino profissionalizante pelo Senai *(terminado*) (GARCIA et al, 2023, p. 14, grifo nosso). Segundo Garcia et al (2023), o Senai,

havia realizado em Angola a mesma modalidade operacional (num nível menor) como as realizadas atualmente pela cooperação chinesa com alguns países africanos.

A atuação do Senai em Angola, por exemplo, também envolveu a prestação de serviços educacionais e técnicos a empresas brasileiras, vinculando a cooperação técnica a interesses empresariais: em 2007, o Senai prestou apoio à Odebrecht no lançamento do Centro Integrado de Formação Tecnológica (Cinfotec) em Luanda, em parceria com o governo angolano (GARCIA et al, 2023, p. 39)

A redução da operação da Odebrecht no solo angolano complexificou o oferecimento desta modalidade, levando a uma diminuição drástica deste tipo de formação técnica para os trabalhadores. De modo geral, reconhece-se que a "cooperação educacional" entre o Brasil e a Angola ainda é bastante fraca (GARCIA, et al, 2023).

Essa escassez reflete, por exemplo, na quantidade de alunos que participam atualmente do PEC-PG, no qual totalizam apenas 70 alunos (MEC, 2024). Apesar de que foi anunciado recentemente (02/2024) a parceria educacional na área da formação profissional (no nível da pós-graduação, na cooperação entre hospitais universitários) entre o Ministério da Educação do Brasil e o Ministério de Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MEC, 2024). Esta é uma iniciativa que tende a fortalecer a cooperação Sul – Sul, favorecendo ambas as partes.

No caso das relações Sino-Angolanas, a China desponta como o maior parceiro comercial do País, com a Angola se consolidando como um dos principais fornecedores de insumos energéticos para a China. No que tange a cooperação educacional, a China estabeleceu em contrapartida um projeto de bolsa de estudo, no qual em 2010 essa quantidade aumentou de 20 para 60 bolsas de estudo anuais (RPC, 2010), permitindo que estudantes angolanos se formassem nas melhores universidades chinesas. Por sua vez, em 2024, reforçou o interesse em abrir uma nova página na cooperação com Angola, com foco no ensino técnico profissional e nas tecnologias (MED, 2024).

Essa retomada de dois países integrantes do BRICS, China e Brasil, como países parceiros, revela ainda uma baixa relevância no que diz respeito a cooperação educacional com a Angola, que reforça horizontes que só serão possíveis, segundo nossa hipótese central, se mantivermos esse contexto favorável, somado a uma nova postura do Brasil em assumir esse protagonismo.

Política Educacional Angolana e o legado de Paulo Freire

Sustentando a vocação brasileira nessa atuação, podemos agora mostrar como a proposta educacional de Paulo Freire ajudou na criação da série *A vitória é certa* na política de alfabetização do governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

Conforme mostrado nas quatro fases do sistema educacional angolano, o analfabetismo em angola antes (1968) e após a independência (1975) alcançava a ampla maioria da população. Para tentar combatê-lo, o governo angolano criou dois instrumentos didáticos de alfabetização, o Manual de Alfabetização e o Guia de alfabetização "A vitória é certa" (houve quatro edições: 1968, 1970, 1974 e 1980). Os instrumentos didáticos tinham como objetivo a alfabetização da população e a formação política em curto prazo. Segundo Pepetela (2010), para suplantar o ensino colonial, era necessário um outro ensino radical, isto é, uma educação voltada para o povo.

Portanto, enquanto o Manual oferecia ao alfabetizando diretrizes explicativas e o auxiliava na aprendizagem para aprender a ler e escrever, ele também auxiliava na construção e formação do senso crítico. O Guia de Alfabetização, por sua vez, era preparado para o alfabetizador. E, neste, os conceitos e as contradições do mundo capitalista eram apresentados de forma efetiva, de modo a elucidar os antagonismos de classe, o modo de produção e como os subalternos deveriam lutar diante das atrocidades de uma das facetas do imperialismo, isto é, o colonialismo.

Por isso, o governo angolano deu uma especial atenção a questão da alfabetização de adultos, tomando "como base princípios do pensamento educacional de Paulo Freire" (BONIFÁCIO, 2020). A autora afirma que as metodologias utilizadas nessas ações de alfabetização de adultos dialogavam com determinadas ideias do pensamento freiriano (FREIRE, 2011), (FAUNDES, 1989) e (GADOTTI, 2012), principalmente em relação a perspectiva da busca ou da promoção do pensamento crítico, sobretudo no estímulo ao exercício da cidadania (BONIFÁCIO, 2020).

Por sua vez, Maciel e Rocha (2023), acompanhando a Bonifácio, apontam a possibilidade de estabelecer semelhanças entres os componentes dos manuais de alfabetização do governo angolano no período de 1976 a 1980 com os princípios pedagógicos de Paulo Freire, haja vista que, conforme sinaliza Pepetela, o primeiro manual de alfabetização do país foi adaptado inspirado diretamente nas ideias pedagógicas de Freire.

Para embasar as afirmações, Maciel e Rocha apresentam uma carta do Centro de Estudos Angolanos (CEA) de 1969, na qual se explana sobre a importância do "método"[10] de Freire. Além disso, analisam um documento de 1973 intitulado *Alfabetização* que pertence ao *Fundo Arquivo Lúcio Lara da Associação Tchiweka de Documentação*, no qual se afirma que o trabalho de alfabetização que tem sido feito pelo movimento de libertação, é baseado no "método" de Paulo Freire. Por fim, os autores mapeiam tanto as declarações (e fotos com Freire) de "Pepetela"[11] sobre Freire, bem como afirmam (assentados em Figueiredo, 2022) que Paulo Freire[12], "atuou como Assessor do Ministério da Educação, e que realizou reuniões em Angola, onde pôde palestrar em um colóquio sobre "Cultura e Revolução", organizado pela "União dos Escritores Angolanos em Luanda", em que explicou seu "método de alfabetização [...]". (MACIEL; ROCHA, 2023, p. 8).

Tal aspecto mostra o papel desempenhado pelo intelectual brasileiro na ajuda ao combate ao analfabetismo nas terras "mangope"[13], e mostra como o autor da *Pedagogia do Oprimido* (2014) compreendia a máxima "aprender é um dever revolucionário". Conforme postulava Neto, o alinhamento com a causa angolana fortalecia tais narrativas. Portanto, podemos sim afirmar que existem no Sul Global pontos focais alternativos para o debate na agenda educacional e a proposta Freiriana é, dentre muitos, um dos exemplos importantes que ofereceu e oferece a política educacional angolana, patamares de cooperação contra-hegemônica, na medida que se assenta na partilha e no caráter dialógico, não assume o unilateralismo, ofertando na formação do trabalhador ferramentas de contraponto crítico da realidade.

Conclusão

Conforme pode ser observado, existe um longo caminho a ser percorrido para que a cooperação educacional se torne um dos campos prioritários de atuação dos países dos BRICS em Angola. Nesse horizonte colocado para um futuro contra-hegemônico no

[10] Apesar do uso recorrente do termo método que antecede a proposta freireana, essa definição não abarca a proposta deste pensador, já que não constitui uma metodologia de aplicação técnica ou previamente dada. Mas sim uma proposta pedagógica e filosófica de princípios e fundamentos que precisam ser reconstruidos e ressignificados, respeitando as características de cada povo e cultura no processo de alfabetizado e libertação.

[11] De lembrar que Pepetela (escritor angolano) foi vice-ministro da Educação, de 1976 a 1982.

[12] Importante destacar que essa atuação e reconhecimento internacional (MARCON e DOURADO, 2023), se deve ao exílio forçado de Freire durante a Ditadura Empresarial Militar brasileira (1964 até início da década de 1980), que conduziu Freire a um terceiro momento da sua produção intelectual, marcado por uma maior radicalização no que diz respeito a dimensão política da sua proposta pedagógica e de militância social (DOURADO, 2024).

[13] Este é um termo popular que remete a ser angolano ou a terra de Angola

contexto das parcerias com os BRICS junto ao contexto educacional angolano, se faz fundamental observar exemplos materializados no passado recente entre esses países. Princípios e práticas emancipadoras dentro de uma concepção de educação voltada a libertação de seu povo de uma condição oprimida, colonial e de analfabetismo. A recuperação desse exemplo da inspiração e fundamentação da pedagogia freiriana, que inegavelmente constituiu um tipo de cooperação intelectual, somado ao contexto atual favorável de Angola junto aos BRICS, coloca no horizonte a possibilidade do deslocamento dos saberes e do reconhecimento da potencialidade epistemológica do Sul Global.

O Brasil, como um dos países fundadores dos BRICS, somado ao reconhecimento do seu passado contra-hegemônico de cooperação intelectual, teria um importante papel a assumir na proposição de projetos de cooperação no campo educacional em território angolano. Essa nova postura ampliaria, no curto prazo, as tímidas ações vigentes por meio da construção de novas métricas e concepções educacionais oriundas de uma retomada de concepção epistêmica já iniciadas no passado recente entre Brasil e Angola.

Referências

ANGOLA. **Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação**, PNDE 2017-2030 (EDUCAR ANGOLA 2030). Luanda. 2016.

ANGOLA. Ministério da educação**. Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar**, 2006 – 2015. Luanda. 2005.

ANGOLA. **Ministério da educação. Consulta pública sobre o plano de ação Nacional de Educação para todos**: Estratégia Integrada para a melhoria do sistema de educação. Luanda, 21 a 24 de abril de 2004a.

ANGOLA. **Ministério da educação Consulta pública sobre o plano de ação Nacional de Educação para Todos**: cronograma e estratégia de implementação da lei de base do sistema de educação. Luanda 21 a 24 de abril de 2004b.

ANGOLA. Ministério da Educação. **CHINA REFORÇA COOPERAÇÃO COM FOCO NA EDUCAÇÃO**. 19 de janeiro de 2024. Disponível em: https://med.gov.ao/ao/noticias/china-reforca-cooperacao-com-foco-na-educacao/. Acesso em: 14, abr. 2024.

ANGOLA. **Projeto Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem Para Todos** (PAT II) – Projecto No. P168699. Luanda. Fev, 2021.

ANGOLA**. Plano de desenvolvimento Nacional de 2018-2022**. Luanda. 2018. Disponível em:

https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20180619_PDN%202018_2022_Vol_I.pdf. Acesso em: 05 Sete. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Projecto de Aprendizagem para Todos**. Washington, DC: Grupo do Banco Mundial, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Angola, First Education Project**. Washington, D.C. May 7, 1992.

BATISTA JR, Nogueira Paulo. **BRICS – Novo Banco de Desenvolvimento ESTUDOS AVANÇADOS 30** (88), pag. 179-184, 2016.Disponível em: 177-184.indd (scielo.br). Acesso em: 10, nov. 2023.

BAUMANN, Renato; ARAUJO, Raquel; FERREIRA, Jhonatan. As relações comerciais do Brasil com os demais BRICs. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e os demais BRICS: comércio e política**. Brasília: CEPAL; Ipea, fev. 2010.

BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante. A Vitória é Certa: perspectivas histórico-discursivas de "nação", "produção", "língua" e "homem novo" no "Manual de Alfabetização" e "Guia do Alfabetizador" angolanos (1980). **Revista África[s],** Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África, Bahia, v. 7, p. 128-152, 2020.

DEVELOPMENT REIMAGINED**. Where wil Africa's students study abroad in pos-COVID19 times?** September, 2020. Disponível em: developmentreimagined.com/where-africans-study-abroad-post-covid19/. Acesso em: 08, out. 2023.

DOURADO, Ivan Penteado. Os Três Momentos da Teoria de Paulo Freire: Amadurecimento e Historicidade Intelectual. **Revista Multifaces**, v. 6, p. 8-15, 2024.

FAUNDEZ, Antonio. Oralidade e Escrita: Experiências educacionais na África e América Latina. Tradução Maria da Graça Abreu et al. Rio de Janeiro. **Paz e Terra**, 1989.

FIRSING, Scott. Diplomacia dos diamantes do BRICS em Angola**. Revista de História e Estudos Diplomáticos**, Edição: 1, Volume: 8, Página: 1-34, disponível em https://link.lens.org/uUitBftWBwh. Acesso em: 8 de junho de 2024.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 51ª ed. São Paulo. Cortez, 2011.

FEIRE, Paulo**. Pedagogia do Oprimido**. 57 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2010.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire na África: encontro da pedagogia freiriana com a práxis política de Amílcar Cabral. In José Eustáquio Romão & Moacir Gadotti (eds.), Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes. São Paulo, SP, Brasil: **Ed, L Editora e Livraria Instituto Paulo Freire**, 2012.

GARCIA, Ana Saggioro; PEREIRA, Rodrigo Curty; LOPES, Maria Eduarda. **Investimentos, Financiamento e Cooperação do Brasil em Angola e Moçambique**: Evolução dos Dados e um Balanço dos Efeitos do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Texto para Discussão: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Brasília, fevereiro de 2023, Pag. 1-87.

ICEF MONITOR. **Africa ascending: The demographic juggernaut driving student Mobility in the 21st century**. Disponível em: Africa ascending: The demographic juggernaut driving student mobility in the 21st century (icef.com). Acesso em: 15, nov. 2023.

KIALA, Carine & NGWENYA, Nomfundo. **Cooperação estratégica de Angola com os países BRICS, Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais** (SAIIA). África do Sul. Disponível em https://policycommons.net/artifacts/1452272/angolas-strategic-co-operation-with-the-bric-countries/2084084/. Acesso em: 08 de junho de 2024.

KALENGUESSA, Filipe Joaquin. **PAT I – Parceria Entre o Banco Mundial e o Estado Angolano**: Políticas Educacionais no Radar do Capital-Imperialismo. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

KALENGUESSA, Filipe Joaquim. bell hooks e a Pluriversalidade Epistêmica: Perspectiva de Interlocução para descolonização da Universidade. In Ripa Roselaine; Serra Passos Luciana(eds.), Pesquisas em Educação: Outros Diálogos com os Clássicos. 1ª Ed. Foz do Iguaçu: **Editora Claec**, pag. 18-31, 2022.

KALENGUESSA, Filipe Joaquim; & MORAIS, Samara. Estado, Dominação Burguesa e Sociedade Civil: Uma análise Gramsciana a partir da Leitura de Dantas, Pronko e Guido Liguori. **Revista Práxis E Hegemonia Popular**, *8*(12), 215–233, 2023.

KHOMYAKOV, Maxim; DWYER, Tom; WELLER, Wivian. Internacionalização da educação superior: excelência ou construção de redes? Do que os países do BRICS precisam mais? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 54, maio-ago 2020, p. 120-143.

LECHINI, Gladys**. BRICS e África**: A Grande Incógnita. IPEA (Boletim de Economia e Política Internacional), Número 9 Jan.|Mar. Pag. 139 – 150, 2012. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4564 . Acesso em: 14, abr. 2024.

MOLAVI, Afshin**. The BRICS Expansion Is a New World Order of Strategic Multialignment**. Forbes, 31 August, 2023. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/afshinmolavi/2023/08/31/ the-brics-expansion-is-a-new-world-order-of-strategic-multialignment/. Acesso em: 12, jan. 2024.

MILANI, Carlos R. S. **Solidariedade e interesse:** Motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. 1ª. Ed. Curitiba: Appris, 2018.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; ROCHA, Juliano Guerra. Manuais Escolares para Alfabetização de Adultos em Angola e a Influência de Paulo Freire. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora Vol. 28, p. 1-18, Fluxo Contínuo, 2023.

MARCON, Telmo; DOURADO, Ivan Penteado. Paulo Freire um clássico da educação: contribuições epistêmicas, políticas e pedagógicas. **Reflexão e Ação** (versão eletrônica), v. 25, p. 84-100, 2017.

MAIHOLD, Günther; HAUG, Sebastian; BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline. **The 'Global South' in the study of world politics**: examining a meta category. Third World Quarterly, VOL. 42, NO. 9, 1923–1944, 2021 Disponível em: https://doi.org/10.1080/01436597.2021.1948831.). Acesso em: 10, jun. 2024.

MEC. **Brasil e Angola fecham parceria para formação profissional**. Brasília, 02 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/brasil-e-angola-fecham-parceria-para-formacao-profissional. Acesso em: 10, mai. 2024.

N'KRUMAH, Kwame**. Neocolonialismo Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NGUVULE, Alberto Kapitango. **Política Educacional Angolana** (1976 – 2005): Organização, Desenvolvimento e Perspectivas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006.

NKOANA-MASHABANE, Maite. The BRICS come to Durban. In Patrick Bond (eds.), **BRICS in Africa anti-imperialist, sub-imperialist or in between?** a BRICS reader for the Durban Summit. University of KwaZulu-Natal Centre for Civil Society, pag. 5-9, 2013.

O'NEILL, Jim. **Building better global economic BRICS. Global Economics paper** No: 66. London: Goldman Sachs, 2001.

PAXE, Isaac Pedro Viera. **Políticas educacionais em Angola**: Desafios do direito à educação. Tese de doutoramento em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

PEPETELA. 2010. **Algumas questões sobre a literatura angolana**. Disponível em: http://www. ueangola.com/crítica-e-ensaios/item/122 – literatura-angolana>. Acesso em: 10 set. 2023.

PLAGEMANN, Johannes. **Book Review: Africa Rising?: BRICS – Diversifying Dependency.** Africa Spectrum, Volume 50 Issue 1, p. 115-118, April 2015. Disponível em: https://journals.sagepub.com/toc/afra/50/1. Acesso em: 20, mai. 2024.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Governo chinês garante 60 bolsas de estudo anuais a Angola**. 23 de novembro, 2010. Disponível em: Governo chinês garante 60 bolsas de estudo anuais a Angola (china-embassy.gov.cn). Acesso em: 06. Fev. 2024.

SOGGE, David. **Intervenções e Interdependências**: a busca da coerência política para um desenvolvimento emancipador. Seminário: Projeto 'Contraponto', Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) Lisboa, 23 de novembro de 2012.

SARR, Felwine. **Afrotopia**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

TAYLOR, Ian. **Africa Rising?:** BRICS – Diversifying Dependency. Woodbridge, U.K. & Rochester, NY: James Currey, 2014.

THE ECONOMIST. A new Scramble: Booming Chinese interest in Africa is not just about oil. Johannesburg. 25 de nov. 2004. Disponível em: https://www.economist.com/business/2004/11/25/a-new-scramble. Acesso em: 05 ago. 2021.

THE ECONOMIST. The new scramble for Africa: This time, the winners could be Africans themselves. [s.l.], 08 de mar. 2019. Disponível em: https://www.economist.com/leaders/2019/03/07/the-new-scramble-for-africa. Acesso em: 20 abr. 2022.

Recebido em Junho 2024
Aprovado em Agosto 2024
Publicado em Dezembro 2024